



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

CAPA DO EDITAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968		
Pregão Eletrônico nº PE001/2021 SEI Nº 7006261-62.2020.8.08.0000		Data de Abertura: 02/02/2021 às 14:00 no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações		Contatos:
Esclarecimentos: Até dia 28/01 Impugnações: Até dia 29/01 Os pedidos devem ser feitos pelo e-mail contratacao@tjes.jus.br		(27) 3334-2172/2328/2193 – contratacao@tjes.jus.br
Objeto		
Contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.		
Registro de Preços?	Participação Exclusiva de ME e EPP? (Identifique)	
NÃO	NÃO	
Forma de Julgamento	Forma de Adjudicação	Modo de Disputa
Menor valor total do Lote	Lote	Aberto e Fechado
Valor Total Estimado da Contratação		
R\$ 149.430,22 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais e vinte e dois centavos).		
Habilitação (vide item 9)		
REQUISITOS BÁSICOS DA HABILITAÇÃO:		
<p>1) Registro Comercial, no caso de empresa individual.</p> <p>2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.</p> <p>3) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).</p> <p>4) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social.</p> <p>5) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Estado em que for sediada a licitante;</p> <p>6) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Município em que for sediada a licitante;</p> <p>7) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data de realização da licitação.</p> <p>8) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa – CNDT.</p> <p>9) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura da licitação, se outro não estiver nela fixado.</p> <p>10) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei e no prazo estabelecido pela IN 1774/2017 da Receita Federal, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios.</p> <p>10.1) O Balanço Patrimonial do ano imediatamente anterior à licitação, será exigido a partir do dia 01 de junho do corrente ano.</p> <p>10.2) O Balanço das sociedades por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial.</p> <p>10.3) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, registrado na Junta Comercial, certificado por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade competente, no qual estejam mencionados, expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do "Livro Diário" em que o Balanço se acha regularmente transcrito.</p> <p>10.3.1) A apresentação do balanço registrado na Junta Comercial poderá ser substituído por recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, pelo Sistema Público de Escrituração</p>		



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Digital - Sped.

10.4) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência apresentarão Balancetes do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado.

10.5) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os índices de Liquidez Geral, de Solvência Geral e de Liquidez Corrente iguais ou maiores que 01 (um).

10.6) O licitante que apresentar qualquer dos índices menor do que 01 (um) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% do valor estimado para a contratação.

Obs1: Será verificada a Prova de Regularidade com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para empresas sediadas fora do Estado;

Obs2: Todos os documentos básicos acima deverão estar atualizados no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou o licitante deverá encaminhá-los em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública.

REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:

1) Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade da licitante para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

**A PROPOSTA E TODOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER
CADASTRADOS ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, SOB PENA DE
DESCCLASSIFICAÇÃO E/OU INABILITAÇÃO.**

ESTA CAPA É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
PROCESSO SEI Nº 7006261-62.2020.8.08.0000
TIPO: MENOR PREÇO

Legislação: Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Estadual nº 618, de 10 de janeiro de 2012, e, subsidiariamente, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.078 (CDC), de 11 de setembro de 1990. **Ato Normativo nº 123, de 09 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos Decretos Federais nº 10.024/2019 e nº 7.892/2013, e suas eventuais atualizações, nas contratações públicas no âmbito do PJES e Ato Normativo de designação dos Pregoeiros e Equipes de Apoio nº 063, de 19/03/2020.**

Órgão Interessado: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, UASG 925968**, CNPJ 27.476.100/0001-45, sediado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, Cep: 29.050-906, telefone (27) 3334-2000 e site www.tjes.jus.br.

Sessão Pública dia: 02 de fevereiro de 2021, às 14:00 horas (horário de Brasília), com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br).

ANEXO QUE COMPÕE O EDITAL:

ANEXO I - Termo de Referência (Em arquivo anexo ao Edital)
Adendo I – Planilha de preços máximos/modelo de proposta

ANEXO II – Minuta de Contrato

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a **contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, conforme especificações constantes do **Anexo I** deste Edital. **CATSER: 906**

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2 - Não poderão participar deste Pregão:

- a)** Consórcio de empresas, tendo em vista a baixa complexidade do objeto contratado;
- b)** Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c)** Empresa suspensa de licitar e contratar com o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do Art. 87, III da Lei 8.666/93;
- d)** Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/2002;
- e)** Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;
- e.1)** **Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.**
- f)** Empresa cujos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, sejam membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo.
- g)** Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Resolução CNJ 07/2005, atualizada pela [Resolução CNJ nº 229, de 22.06.16](#)).

g.1) A vedação constante na alínea “g” deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

g.2) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

h) A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

i) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 9/2005).

j) É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do CNJ.

k) Havendo alteração no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada ao Tribunal de Justiça para as providências julgadas cabíveis.

l) Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), quando atuarem nessa condição.

m) Quaisquer empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

2.3 - Em cumprimento ao disposto no inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, o licitante deverá manifestar, em **CAMPO PRÓPRIO** do Sistema Eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitações previstas no edital.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2 - O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (§ 2º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/05). O qual dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.4 - O uso da **senha de acesso** pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, concomitantemente com os documentos de Habilitação exigidos na CAPA DO EDITAL e no item 9 deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **COM VALOR TOTAL DO PRÊMIO PARA O LOTE, (somatório dos valores**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

referentes aos itens do lote), a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, quando, então, encerra-se automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 - A proposta comercial, com valores monetários em reais, deverá respeitar as especificações constantes do **Adendo I**;

4.2.1 - O valor total máximo a ser pago pelo LOTE será de:

LOTE ÚNICO: R\$ 149.430,22 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais e vinte e dois centavos).

4.2.2 - Os valores unitários propostos para cada item do Lote, não poderão ultrapassar os valores unitários máximos informados na planilha do **Adendo I**.

4.2.3 - Havendo divergências entre as especificações do código CATSER e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

4.3 - O licitante se responsabilizará formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 - A proposta somente poderá conter duas casas decimais e **será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.**

4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.7 - A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

a) Validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;

b) Prazo de vigência da apólice, que será de **12 (doze) meses, conforme abaixo:**

i. Iniciar-se à **24 horas do dia 03/03/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022**, para os **itens 01 a 55** da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

ii. Iniciar-se à **24 horas do dia 31/03/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022**, para o **item 56** da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

iii. Iniciar-se à **24 horas do dia 01/04/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022**, para os **itens 57 a 70** da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

b.1) Caso a emissão da apólice ocorra em momento posterior à data inicial anteriormente prevista, deverá nela constar o prazo de vigência de **12 (doze) meses** contados da data da emissão, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de **60 meses**, conforme disposto no art.57, inciso II, da lei 8666/1993.

c) Prazo de vigência do Contrato: O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data de emissão da apólice de seguro, podendo ser prorrogado nos termos da lei.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

d) A emissão da apólice de seguro deve estar de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados do veículo (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi) e deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, junto com o manual do segurado.

e) **As importâncias mínimas seguradas** serão as descritas no item 5.2 do Termo de Referência – Anexo I.

f) **A franquia considerada é a obrigatória**, devendo ser observado o item 5.3 do Termo de Referência – Anexo I.

g) **A autorização de reparo do veículo** segurado deverá ser no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação do sinistro.

4.8 - O licitante deverá preencher, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Comprasnet, as seguintes declarações:

a) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993;

b) De Inexistência de Fato Superveniente, impeditivo de sua habilitação no certame;

c) De conhecimento e concordância com as condições estabelecidas no edital e de atendimento aos requisitos de habilitação.

d) De Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

e) De enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte da Junta Comercial, se for o caso.

5 - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta, via sistema eletrônico, por comando do pregoeiro, que verificará as propostas apresentadas, desclassificando, fundamentadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.2 - Após, o sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6 - DA FORMULAÇÃO E JULGAMENTO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para o objeto cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos **no valor total do lote**, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais **lances iguais**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.5 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado por **LOTE**, vedada a identificação do licitante.

6.6 - No caso de **desconexão** do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por **tempo superior a dez minutos**, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 - Neste Pregão o **MODO DE DISPUTA** adotado é o **ABERTO E FECHADO**, assim definido no Art. 31, inciso II, do Decreto n.º 10.024/2019.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.8.1 - Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

a) Encerrado o prazo acima previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

b) Após o prazo acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

c) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem "b" acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

d) Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens "b" e "c" acima, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

e) Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens "b" e "c", haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem "d".

f) Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem "e".

6.9 - Após o **encerramento da etapa de lances** da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.10 - **Na fase de aceitação da proposta, o licitante com a proposta melhor classificada deverá enviar, após CONVOCAÇÃO do pregoeiro via CHAT, no prazo de até 02 (duas) horas, a Proposta Comercial relativa ao seu último lance, com valores unitários dos itens e total do lote, inclusive com os valores das franquias, conforme planilha do Adendo I do Termo de Referência - Anexo I.**

6.10.1 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, decidindo sobre sua aceitação, divulgando, em seguida, o resultado do julgamento das propostas de preços.

6.10.2 - A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa constando seu endereço completo, telefones, e-mails e nome completo, cargo e CPF do Representante Legal.

6.10.3 - O pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre sua aceitação, divulgando, em seguida, o resultado de sua análise.

6.10.4 - Após o prazo de 2 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, conseqüentemente, sua proposta será **DECLASSIFICADA**.

6.10.4.1. A não apresentação de documentação exigida no certame, além da desclassificação, ensejará apuração de responsabilidade por parte do licitante bem como a possibilidade de aplicação de sanção, conforme previsto no item 14.1 deste edital, com base no art. 7º da Lei 10.520/2002, e recomendação do Acórdão 754/2015 do Tribunal de Contas da União.

6.10.4.2 - **Em casos excepcionais, devidamente motivados no "chat", o Pregoeiro poderá estender o prazo para o envio da proposta.**

6.11 - Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.11.1 - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



7 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicar-se-ão as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 618/2012 às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, previamente identificadas no sistema, por ocasião da participação neste certame licitatório.

7.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

7.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

7.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

7.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

7.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

7.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

7.3 - Neste procedimento será assegurada, como critério de **desempate**, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.3.1 - **Entende-se por empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta de melhor preço.

7.4 - Para efeito do disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual nº. 618/2012, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.4.2 - **Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado**, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **7.3.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5 - Na **hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.4**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

7.6 - O disposto no item 7.4 **somente se aplicará** quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a **de menor valor total do lote**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado por **lote** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF.

9.1.2. Consulta consolidada de Pessoas Jurídicas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar será verificada por meio dos documentos listados na **CAPA DO EDITAL**, quais sejam:

9.2.1. **REQUISITOS BÁSICOS DE HABILITAÇÃO (SICAF)**, no tocante à documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade trabalhista e fiscal e qualificação econômico-financeira.

9.2.1.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, exigidas neste Edital, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública, a respectiva documentação atualizada.

9.2.1.2. O descumprimento do item acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos/certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar o(s) documento(s) válido(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.1.3. O licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, para envio dos documentos complementares à habilitação (quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, não podendo constar documentos novos, que deveriam ter sido cadastrados juntamente com a proposta), conforme o § 9º do art. 26 e § 2º do art. 38 do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.2. **REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO** anexados no sistema pelo licitante, concomitantemente com a proposta, antes da abertura da sessão pública.

9.3 - Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ** e **endereço**.

9.3.1 - Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

9.3.2 - Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

9.4 - Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá solicitar o envio, em original ou cópia autenticada, de alguma documentação de habilitação, previamente enviada junto com a proposta ou verificada no SICAF, a qual deverá ser encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação do Pregoeiro via "chat" do sistema.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.

9.6 - O Poder Judiciário do Espírito Santo não é unidade cadastradora do SICAF, apenas consultor.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, **preferencialmente**, na forma eletrônica (contratacao@tjes.jus.br).

10.2 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.

10.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11 - DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS E ALTERAÇÕES

11.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **preferencialmente**, por meio eletrônico, **via internet**, no endereço contratacao@tjes.jus.br, ou ainda, por meio de fac-símile (27-3334-2335).

11.2 - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.

11.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem** os prazos previstos no certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, exclusivamente via sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.1 - A manifestação de intenção para recorrer deverá conter a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer e deverá ocorrer no período máximo de 30 (trinta) minutos após a pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final;

12.1.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso no prazo mencionado implica decadência desse direito.

12.2 - O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) à Autoridade Superior, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em **05 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à Autoridade Superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.3 - Julgado improcedente o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

12.4 - Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Da decisão que julgar procedente o recurso, será publicado resumo no Diário da Justiça, convocando os licitantes interessados para prosseguimento da sessão pública, em dia e hora por ele fixados.

12.6 - Nessa sessão, o pregoeiro dará continuidade ao certame atendendo às condições e especificações fixadas neste Edital.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação.

13.2 - A autoridade competente deste Órgão homologará a licitação, e a Administração convocará o adjudicatário para **assinar o contrato** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da data da convocação.

13.3 - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, a autoridade competente adjudicará e homologará o resultado da licitação.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não emitir a apólice, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2 - O descumprimento do prazo para a emissão da apólice, ou a recusa em emití-la, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total segurado e no impedimento de contratar com o Estado do Espírito Santo pelo período de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

14.3 - **As penalidades pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas aplicar-se-ão conforme previsão do item 15 do Termo de Referência – Anexo I, que integra este edital.**

14.4 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.

14.5 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório por parte do adjudicado/contratado.

14.6 - Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste Órgão.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do PJ/ES alocados na Atividade **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elemento de Despesa **3.3.90.39.69** consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

16.1 - O licitante vencedor ficará obrigado a:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

16.1.1 – Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua convocação;

16.1.2 - Emitir e entregar a apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, conforme estabelecido no Anexo I, e contendo todos os dados do veículo (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi);

16.1.3 - Garantir o seguro dos veículos deste Órgão pelo período contratado;

16.1.4 - Manter, durante a vigência da apólice, preposto especialmente designado para atender à Contratante durante toda a execução do contrato. Devendo, num prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho, informar dados completos do referido preposto à Seção de Transporte do PJ/ES;

16.1.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

16.1.6 - Informar os dados de seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento.

16.1.7 - **Cumprir todas as obrigações fixadas** neste Edital e em seu Anexo, sujeitando-se às penalidades previstas no caso de inadimplemento.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo da Apólice, conforme item 16 do Termo de Referência, desde que não haja fato impeditivo para o qual de alguma forma, tenha concorrido a adjudicatária.

17.2 - O pagamento será feito mediante pagamento de boleto/fatura com código de barras ou creditado em conta corrente bancária indicada na Nota Fiscal, devendo ficar explícitos o banco, agência, localidade e número da conta corrente.

17.2.1 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

17.2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

17.3 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei 9.317/1996 e a Lei Complementar nº 123/2006.

17.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será ela devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o TJ.

17.5 - Pelo atraso injustificável no pagamento, o PJ/ES pagará reajuste monetário com base no IGP-M e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês.

17.6 - A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do Tribunal de Justiça, quando do pagamento da Nota Fiscal à contratada, reterá valores em função de ato punível por multa.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a juntada posterior, por parte das licitantes, de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2 - Fica assegurado ao PJ/ES o direito de revogar esta licitação em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

18.3 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.4 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o atendimento ao interesse público, ao princípio da isonomia, à finalidade e à segurança da contratação.

18.5 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços, o prazo será reaberto, quando a alteração afetar a formulação das propostas.

18.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.7 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

18.8 - Fica eleito o foro de Vitória-ES para solucionar as questões decorrentes desta licitação.

18.9 - O Edital e seus Anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e poderá ser lido ou obtido na **Seção de Contratação** do Tribunal de Justiça - ES, situado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória – ES, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 18:00 horas. Telefone para contato: (27) 3334-2328/3334-2335 (FAX).

Vitória/ES, 18 de janeiro de 2021.

Vitor Wright Silva
Pregoeiro¹

¹ Edital assinado e rubricado pelo(a) Pregoeiro(a) em obediência à Ordem de Serviço n.º 003/2016, publicada pela Secretaria Geral no Diário da Justiça do dia 19/04/2016.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA (641624)

**** ARQUIVO ANEXO AO EDITAL***



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ADENDO I – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS/MODELO DE PROPOSTA

Ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
PE ____/2021

LOTE ÚNICO (Catser 906)			
Item	Descrição	Qtd.	Preço Máximo do Prêmio (R\$)
1	ÔNIBUS VW, COMIL SVELTO U 17-210, placa MTA7702, ano 02/02, combustível DIESEL, 02 pessoas, chassi 9BWRF82W82R219895.	1	3.210,00
2	ÔNIBUS VW, COMIL SVELTO U 17-210, placa MQG7771, ano 05/05, combustível DIESEL, 02 pessoas, chassi 9BWRF82W82R5244826.	1	3.940,00
3	ÔNIBUS VW, MBENZ / O 400 RSL, placa MRK0638, ano 95/95, combustível DIESEL, 01 pessoa, chassi 9BM664188SC082527.	1	2.960,00
4	Minibus FIAT, modelo Ducato TA 2.8 JTD, placa MSI3769, ano 09/09, combustível Diesel, capacidade de 16 pessoas, chassi 93W245L3392042497.	1	2.560,00
5	Minibus FIAT, modelo Ducato TA 2.8 JTD, placa MSI3796, ano 09/09, combustível Diesel, capacidade de 16 pessoas, chassi 93W245L3392042262.	1	2.560,00
6	Minibus FIAT, modelo Ducato TA 2.8 JTD, placa MSK7722, ano 09/09, combustível Diesel, capacidade de 16 pessoas, chassi 93W245L3392042467.	1	2.560,00
7	MICROÔNIBUS Mercedes BENS, modelo SPRINTER 311CDI, placa MOZ6261, ano 03/03, combustível DIESEL, 16 pessoas, chassi 8AC9036723A908961.	1	2.410,00
8	Caminhão FIAT, modelo Iveco Daily 3510 Van1, placa MQG9924, ano 04/05, combustível Diesel, capacidade de 03 pessoas, chassi 93ZC3570158316720.	1	2.625,00
9	CAMINHÃO BAÚ FORD, modelo CARGO 815, placa MOZ6381, ano 03/03, combustível DIESEL, capacidade de 03 pessoas, chassi 9BFV2UHG63BB29323.	1	3.005,00
10	CAMINHÃO BAÚ FORD, modelo CARGO 815e, placa MTW8046, ano 10/11, combustível DIESEL, capacidade de 03 pessoas, chassi 9BFVCE1N4BBB65862.	1	3.760,00
11	CAMINHÃO BAÚ FORD, modelo CARGO 815e, placa MTW8049, ano 10/11, combustível DIESEL, capacidade de 03 pessoas, chassi 9BFCE1N6BBB65863.	1	3.760,00
12	Caminhão Baú Agrale, 10000 S, placa OYK4256, ano 16/16, combustível diesel, capacidade de 03 pessoas, chassi 9BYC79A2AGC000516.	1	3.990,00
13	Caminhão Baú Agrale, 10000 S, placa OYK4257, ano 16/16, combustível diesel, capacidade de 03 pessoas, chassi 9BYC79A2AGC000517.	1	3.990,00
14	Caminhonete / Cabine Dupla Mitsubishi, L200 Triton 3.2 D M/T GLX, placa OYF1770, ano 14/14, combustível diesel, capacidade de 05 pessoas, chassi 93XXNKB8TECE88945.	1	1.991,86
15	CAMINHONETA FORD, modelo RANGER XLT 13P, placa MQZ2816, ano 06/07, combustível DIESEL, capacidade de 05 pessoas, chassi 8AFER13P87J030693.	1	1.800,00
16	CAMINHONETA FORD, modelo COURRIER 1.6, placa MPQ9111, ano 03/04, combustível GASOLINA, capacidade de 02 pessoas, chassi 9BFNSZPPA4B954208.	1	1.800,00
17	CAMINHONETA HONDA, modelo CRV EXL, placa MTZ8619, ano 11/12 combustível GAZOLINA, 05 pessoas, chassi 3CZRE2870BG504195.	1	1.800,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

18	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo LIVINA 1.6, placa MTE1374, ano 10/10 combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 94DTAFL10AJ452484.	1	1.800,00
19	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo LIVINA 1.6, placa MTE1375, ano 10/10, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 94DTAFL10AJ452441.	1	1.800,00
20	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6187, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712042.	1	1.800,00
21	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6188, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712808.	1	1.800,00
22	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6189, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712757.	1	1.800,00
23	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6190, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712817.	1	1.800,00
24	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6191, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712217.	1	1.800,00
25	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6192, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712088.	1	1.800,00
26	AUTOMÓVEL TOYOTA, COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6193, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712560.	1	1.800,00
27	AUTOMÓVEL TOYOTA COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6194, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712655.	1	1.800,00
28	AUTOMÓVEL TOYOTA COROLLA GLI 1.8 AT, placa OCZ6195, ano 11/12, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 9BRBL42E3C4712660.	1	1.800,00
29	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa OCZ6196, ano 11/12, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBL42E2C4712760.	1	1.800,00
30	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa OCZ6197, ano 11/12, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBL42EC4712774.	1	1.800,00
31	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa OCZ6198, ano 11/12, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBL42E7C4712513.	1	1.800,00
32	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa OCZ6199, ano 11/12, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBL42E6C4712776.	1	1.800,00
33	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3736, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBLWHE8G0040445.	1	1.800,00
34	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3737, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBLWE8G0040204.	1	1.800,00
35	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3738, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBLWHE4G0040605.	1	1.800,00
36	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3739, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 pessoas, chassi 9BRBLWHE1G0040268.	1	1.800,00
37	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3740, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05	1	1.800,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

	peçoas, chassi 9BRBLWHE1G0040366.		
38	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPH3741, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE8G0040378.	1	1.800,00
39	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2454, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHEXG0040544.	1	1.800,00
40	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2455, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE6G0040136.	1	1.800,00
41	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2456, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE4G0042497.	1	1.800,00
42	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2457, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE8G0043216.	1	1.800,00
43	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2458, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHEOG0042657.	1	1.800,00
44	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2459, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE9G0043337.	1	1.800,00
45	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2460, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE6G0043571.	1	1.800,00
46	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2461, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHEXG0043590.	1	1.800,00
47	Automóvel Toyota, modelo Corolla GLI 1.8 AT., placa PPI2462, ano 15/16, combustível Flex, capacidade de 05 peçoas, chassi 9BRBLWHE9G0042950.	1	1.800,00
48	AUTOMÓVEL HONDA, BLINDADO, CIVIC LXS, placa MSK7599, ano 08/08, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 93HFA65308Z268492.	1	1.800,00
49	AUTOMÓVEL HONDA, BLINDADO, CIVIC LXS, placa MSK7636, ano 08/08, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 93HFA65308Z266830.	1	1.800,00
50	AUTOMÓVEL HONDA, BLINDADO, CIVIC LXS, placa MSI3677, ano 08/08, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 93HFA65308Z265068.	1	1.800,00
51	AUTOMÓVEL TOYOTA, BLINDADO, COROLLA GLI 1.8 MT, placa OCZ6202, ano 11/12, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 9BRBL42EXC4711517.	1	1.800,00
52	AUTOMÓVEL TOYOTA, BLINDADO, COROLLA XEI 2.0, placa OVL9766, ano 13/14, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 9BRBD48E5E2637300.	1	2.229,94
53	AUTOMÓVEL TOYOTA, BLINDADO, COROLLA XEI 2.0, placa OVL9767, ano 13/14, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 9BRBD48EXE2634778.	1	2.229,94
54	AUTOMÓVEL TOYOTA, BLINDADO, COROLLA XEI 2.0, placa OVL9768, ano 13/14, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 9BRBD48E9E2637347.	1	2.229,94
55	AUTOMÓVEL TOYOTA, BLINDADO, COROLLA XEI 2.0, placa OVL9769, ano 13/14, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 9BRBD48E9E2634822.	1	2.229,94
56	AUTOMÓVEL NISSAN, BLINDADO, modelo Sentra SL 2.0 CVT, placa RBA0C40, ano 19/20, combustível FLEX, 05 peçoas, chassi 3N1BB7AE0LY202632.	1	2.780,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

57	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa QRD9I35, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD1LY202680.	1	1.854,05
58	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A19, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD2LY202705.	1	1.854,05
59	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A65, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD1LY202677.	1	1.854,05
60	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A69, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD3LY202788.	1	1.854,05
61	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A63, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD1LY203005.	1	1.854,05
62	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A60, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD3LY203006.	1	1.854,05
63	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A57, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD8LY203129.	1	1.854,05
64	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A51, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD7LY203221.	1	1.854,05
65	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A46, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD5LY203301.	1	1.854,05
66	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A49, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD3LY203357.	1	1.854,05
67	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A42, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD1LY203375.	1	1.854,05
68	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SV 2.0 CVT, placa RBA0A35, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AD3LY203345.	1	1.854,05
69	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SL 2.0 CVT, placa RBA0A29, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AE1LY203126.	1	2.780,00
70	AUTOMÓVEL NISSAN, modelo Sentra SL 2.0 CVT, placa RBA0A71, ano 19/20, combustível FLEX, 05 pessoas, chassi 3N1BB7AE3LY203273.	1	2.780,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE ÚNICO (R\$)			149.430,22

Franquia	Limite Máximo
Normal	R\$ 2.500,00
Blindagem	R\$ 2.500,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

OBSERVAÇÕES:

- a) A Licitante também deverá preencher a tabela com os valores das franquias propostas tendo como limite os valores acima informados, as quais deverão constar obrigatoriamente na apólice;
- b) Para os itens 9, 10, 11, 12 e 13 da Tabela deverá ser considerado o seguinte equipamento: Baú Carga Seca de 31 m³ no valor unitário de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais);
- c) Para os itens 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56 da Tabela deverá ser considerada a blindagem (Nível III-A) dos veículos pelo custo unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A proposta apresentada deverá atender a todas as condições estipuladas no item 4.7 e 6.10 do Edital.

Em cumprimento à Resolução do **CNJ nº 07/2005**, atualizada pela Resolução nº 229, de 22.06.16, **DECLARAMOS** que nossos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, não são membros ou servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo e que não temos em nosso quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo.

Dados da Empresa:

Razão Social:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
E-mail:

Dados do Representante Legal que irá assinar o contrato:

Nome completo do representante:
Cargo:
RG nº:
CPF nº:

Empresa/CNPJ



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA PRÓPRIA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CONTRATO Nº _____
PROCESSO SEI Nº 7006261-62.2020.8.08.0000

CONTRATANTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado por seu Secretário Geral, **MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE**, CPF 031.978.767-25, na forma da Emenda Regimental nº 004/2015 de 09 de dezembro de 2015, do Exmo. Senhor Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

CONTRATADA: _____ Razão Social _____, CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, nº __, Bairro __, Cidade __, UF __, CEP: ____, Telefone: (__) ____-____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada seu sócio-____, Sr(a) _____, portador(a) da CI _____ e CPF _____.

Resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com os termos do processo 7006261-62.2020.8.08.0000 e da proposta apresentada pela contratada, datada de ____/____/2021, que integram este instrumento, independente de transcrições, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições estipuladas na proposta que contrariem as disposições deste contrato, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem por objeto a **contratação de seguro total para a frota própria de veículos oficiais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão nº ____/2021 e na Proposta Comercial da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA METODOLOGIA DE TRABALHO E IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

2.1 - O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada na Grande Vitória e indicada pela Contratada, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme hipóteses estabelecidas no item 5.1 do Termo de Referência.

2.2 - Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, podendo ser consultado pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

a) Para os itens 01 e 02 da tabela de veículos poderá ser usado o código fipe 515076-0.

b) Para o Item 03 da tabela de veículos, poderá ser usada a tabela molicar para o modelo O 400.

2.3 - Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo TJES, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

2.4 - A Importância mínima segurada de RCF-V* (Danos Materiais) por veículo será de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

2.5 - A Importância mínima segurada de RCF-V* (Danos Pessoais) por veículo será de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);

2.6 - A Importância mínima segurada de APP** (Morte) será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa;

2.7 - A Importância mínima segurada de APP** (Invalidez) será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa.

NOTA 1: * RCF-V - Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - Danos Materiais e Danos Corporais - Esta cobertura objetiva, a critério da Seguradora, indenizar diretamente o terceiro ou reembolsar o Segurado das quantias que ele for obrigado a pagar quando acionado judicialmente, em decorrência de:

a) Indenizações em virtude de sentença judicial civil transitada em julgado ou de acordo autorizado previamente e de modo expresse pela Seguradora, mediante comprovação dos danos involuntários, materiais e corporais causados a terceiros, exceto às pessoas transportadas pelo próprio veículo segurado. As referidas coberturas devem ter sido contratadas separada e expressamente, mediante respectivo pagamento de prêmio.

b) Despesas com custas judiciais do foro civil e com honorários de advogados nomeados pelo Segurado, ao final do processo judicial, sempre que tais despesas decorrerem de reclamações de terceiros cobertos pelo presente contrato.

c) Valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

NOTA 2: ** APP - Acidentes Pessoais de Passageiros - Morte ou Invalidez Permanente - Esta cobertura garante, dentro dos limites estipulados na apólice, o pagamento de indenização à vítima ou a seus Beneficiários, se o passageiro sofrer lesão corporal e/ou morte em decorrência de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado, devidamente licenciado para o transporte de pessoas.

A cobertura de APP deve ser contratada conjugada a uma das coberturas para o Automóvel ou a uma das coberturas de RCF-V. Este seguro cobre morte ou invalidez permanente total ou parcial de passageiros (incluindo o condutor) causados em razão de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado.

A cobertura do seguro começa no momento da entrada do passageiro no veículo e termina no momento de sua saída. Passageiros são todas as pessoas que estiverem sendo transportadas no veículo segurado, inclusive o condutor. O número de passageiros limita-se à lotação oficial do veículo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FRANQUIA E SALVADOS

3.1 - Os valores das franquias são os constantes da tabela abaixo e deverão constar obrigatoriamente na Apólice, considerando as informações e detalhes constantes nos itens 5 e 6 do Termo de Referência: **(*Preencher conforme valores da proposta da contratada)**

Franquia	Valor
Normal	xxxxx
Blindagem	xxxxxxx

3.1.2 - Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 200,00 (duzentos reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.1 (acima) destas especificações.

3.1.2.1 - A franquia de que trata este subitem será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.1.3 - Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a contratada não cobrará franquia para esses serviços.

3.1.4 - Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TJES, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

3.1.5 - Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

3.2 – SALVADOS

3.2.1 - Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

3.2.2 - É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUANTIDADE

4.1 - Contratação de seguro total para **70 (setenta) veículos** que pertencem à frota do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), conforme especificações constantes na tabela do item 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - A emissão da apólice de seguro deve estar de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados do veículo (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi) e deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, junto com o manual do segurado.

5.2 - As alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e processadas pela Seguradora, através de endosso.

5.2.1 - Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

5.2.2 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas por este Poder Judiciário e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 5.2.4 e 5.2.5 deste contrato.

5.2.3 - Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

5.2.4 - DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO:

5.2.4.1 - Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.2.4.2 - Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.2.4.3 - A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento do PJES, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transporte.

5.2.4.4 - Caberá à Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

5.2.5 - DA EXCLUSÃO:

5.2.5.1 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;
12 = Número de meses;
Y = Valor mensal do prêmio por veículo;
Z = Número de meses restantes para o término da apólice;
VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.2.5.2 - O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transportes à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

5.2.5.3 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

5.2.5.4 - A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento do PJES, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à Coordenadoria de Serviços Gerais/Seção de Transporte.

5.3 - O manual ou documento equivalente deverá conter informações relativas ao funcionamento do seguro do automóvel.

5.4 - A autorização do reparo no veículo segurado deverá ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a comunicação do sinistro.

5.5 - As Indenizações dos prejuízos resultantes dos riscos cobertos pelas garantias ajustadas para as pessoas e veículos deverão ser realizadas em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação oficial feita pelo contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - O Contratante obriga-se a:

6.1.1 - Nos casos em que julgar conveniente, o TJES deverá comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro;

6.1.2 - Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos;

6.1.3 - Aguardar autorização da CONTRATADA, antes de proceder a reparação dos danos.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – A Contratada obriga-se a:

7.1.1 - Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi);

7.1.2 - Garantir o seguro dos veículos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo pelo período contratado;

7.1.3 - Manter, durante a vigência do contrato, preposto especialmente designado para atender ao Contratante durante toda a execução do contrato. Devendo, num prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da nota de empenho, informar dados completos do referido preposto à Seção de Transporte do TJES;

7.1.4 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 – O Valor total do prêmio a ser pago pelo lote único à Contratada é de **R\$ xx,xx (valor por extenso)**, conforme detalhamento dos seguros de cada item abaixo: *(*inserir abaixo a planilha da proposta da contratada, incluindo o valor do prêmio para cada veículo).*

8.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no **prazo em até 10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo da Apólice, conforme item 16 do Termo de Referência, desde que não haja fato impeditivo para o qual de alguma forma, tenha concorrido a CONTRATADA.

8.2.1 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

8.2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

8.3 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei 9.317/1996 e a Lei Complementar nº 123/2006.

8.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será ela devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o TJ.

8.5 - Pelo atraso injustificável no pagamento, o TJES pagará reajuste monetário com base no IGP-M e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês.

8.6 - Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para a licitação.

8.7 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de emissão da apólice de seguro, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

9.2 - Com o propósito de coincidir a data de término das atuais apólices de seguro dos veículos do TJES, A vigência da futura apólice de seguro, objeto deste contrato, deverá:

a) Iniciar-se à 24 horas do dia 03/03/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022, para os itens 01 a 55 da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

b) Iniciar-se à 24 horas do dia 31/03/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022, para o item 56 da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

c) Iniciar-se à 24 horas do dia 01/04/2021 e findar-se às 24 horas do dia 03/03/2022, para os itens 57 a 70 da tabela do item 6.1 - Relação de Veículos Oficiais do Termo de Referência.

9.2.1 - Caso a emissão da apólice ocorra em momento posterior à data inicial prevista no item acima, deverá nela constar o prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua emissão, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme disposto no art.57, inciso II, da lei 8666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – Os preços contratados serão fixos e irredutíveis.

10.2 – No caso de prorrogação, a Contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Economia.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA NATUREZA DA DESPESA

11.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do TJES alocados na Atividade **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elemento de Despesa **3.3.90.39.69**, consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.2 – O descumprimento do prazo para a emissão da Apólice, implicará na cobrança de multa equivalente a **20% (vinte por cento)** do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com o Estado do Espírito Santo pelo período de até 05 (cinco) anos.

12.3 – A contratada que descumprir as obrigações estipuladas no Termo de Referência e no Edital, ficará sujeito às seguintes sanções:

12.3.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, a contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

12.3.2 - As penalidades acima não excluem as previstas no art. 7º da Lei 10.520, de 18/07/2002;

12.4 – O prazo para emissão da Apólice admite prorrogação nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

12.5 – A solicitação de adiamento do prazo de prestação do serviço deverá ser sempre por escrito, fundamentada e instruída com documentos que comprovem as alegações, devendo ser recebida



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não percebidos da competente prorrogação.

12.6 - A aplicação das multas previstas não exime a contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

12.7 - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.

12.8 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

12.9 - Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1 - O objeto desta contratação será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato da entrega da apólice.
- b) definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da apólice, por servidor formalmente designado pelo CONTRATANTE, que procederá à conferência de sua conformidade às especificações e condições estabelecidas neste Edital. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

13.2 - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da(s) apólice(s), a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

13.3 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 - O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento;

14.2 - Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- 14.2.1** - Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação;
- 14.2.2** - Subcontratação do objeto deste contrato, associação da Contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste contrato sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- 14.2.3** - Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, assim como a de seus superiores;
- 14.2.4** - Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, anotadas pela fiscalização do CONTRATANTE;
- 14.2.5** - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 14.2.6** - Dissolução da empresa;
- 14.2.7** - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudiquem a execução deste contrato;
- 14.2.8** - Razões de relevante interesse público e amplo conhecimento;
- 14.2.9** - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste contrato;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

14.2.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

14.2.11 - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

14.2.12 - Não liberação por parte do CONTRATANTE de área, local ou equipamento para execução dos serviços, nos termos e prazos contratuais.

14.2.13 - Perda da regularidade fiscal ou trabalhista da Contratada no curso do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro de Vitória/ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E por estarem justos e convencidos, assinam o presente termo.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2021.

MARCELO TAVARES DE ALBUQUERQUE

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
(Contratante)

NOME
(Contratada)